

# FUNDAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS DO PARANÁ - FESP

Curitiba - PR CNPJ: 76.602.895/0001-04

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ 1,00

ATIVO - Em R\$ 1,00				PASSIVO - Em R\$ 1,00				
	2020	2019		2020	2019		2020	2019
<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.986.268</b>	<b>4.250.268</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>7.626.213</b>	<b>10.987.840</b>	<b>NOTA</b>	<b>7.626.213</b>	<b>10.987.840</b>
Caixa e Equivalentes	1.020.065	663.804	Fornecedores	112.317	406.774			
Contas a Receber	5.101.321	5.867.010	Obrigações Trabalhistas, Encargos e Provisões	12	3.301.678			
(-) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.909.664)	(3.750.640)	Obrigações Tributárias	13	482.249			
Aluguéis a Receber	178.491	1.322.687	Mensalidades Antecipadas	-	-			
FIES a Receber	57.440	60.482	Empréstimos e Financiamentos	14	1.698.003			
Adiantamentos	71.324	24.386	Parcelamentos de Tributos e Contribuições	15	570.831			
Despesas do Exercício Seguinte	5.584	7.391	Obrigações por Mensalidades Futuras	16	1.270.084			
Estoques	14.156	14.979	Outras Contas a Pagar	191.051	177.486			
Outras Contas a Receber	447.551	40.169	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.790.962</b>	<b>7.026.044</b>			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>19.613.401</b>	<b>20.391.572</b>	Empréstimos e Financiamentos	14	2.159.468			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>1.552.537</b>	<b>2.011.762</b>	Parcelamentos de Tributos e Contribuições	15	1.019.243			
Contas a Receber	11.754	43.296	Obrigações por Mensalidades Futuras	16	2.401			
Outras Contas a Receber	1.540.783	1.968.466	Provisão para Contingências	17	1.609.850			
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>6.769</b>	<b>6.769</b>	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>10.182.494</b>	<b>6.627.956</b>			
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>18.051.212</b>	<b>18.367.133</b>	<b>AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	<b>11.113.123</b>	<b>11.325.427</b>			
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>2.883</b>	<b>5.908</b>	<b>SUPERÁVIT/DEFICIT ACUMULADO</b>	<b>(930.629)</b>	<b>(4.697.471)</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>22.599.669</b>	<b>24.641.840</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>22.599.669</b>	<b>24.641.840</b>			

Obs.: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ 1,00

	2020	2019
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>16.341.085</b>	<b>19.659.481</b>
Mensalidades da Graduação	15.307.796	17.395.087
Mensalidades da Pós Graduação	1.033.289	2.263.450
Mensalidades do Ensino Fundamental e Médio	-	188
Mensalidades do Terceirão e Cursinho Pré-Vestibular	-	756
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(8.865.649)</b>	<b>(10.407.740)</b>
Cancelamentos	(1.043.083)	(1.518.193)
Gratuidade-Bolsas PROUNI 100%	23 (2.490.449)	(2.861.393)
Gratuidade-Bolsas PROUNI 50%	23 (1.116.195)	(1.303.788)
Bolsas e Descontos	(4.215.922)	(4.724.366)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>7.475.436</b>	<b>9.251.741</b>
<b>CUSTOS DOS MATERIAIS DIDÁTICOS</b>	<b>(644)</b>	<b>(644)</b>
Custo dos Materiais Didáticos	-	(644)
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>(3.600.469)</b>	<b>(4.897.243)</b>
Custo do Ensino Graduação	(3.460.956)	(4.560.306)
Custo do Ensino Pós Graduação	(139.513)	(336.937)
<b>SUPERÁVIT OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>3.874.967</b>	<b>4.353.854</b>
<b>RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>2.242.006</b>	<b>(5.223.082)</b>
Despesas Comerciais	(52.850)	(130.463)
Despesas Administrativas	(2.735.633)	(3.561.028)
Despesas Gerais	(2.087.774)	(2.032.690)
Despesas Tributárias	(174.037)	(406.945)
Despesas com Depreciações/Amortizações	(422.933)	(438.920)
Outras Receitas	20 7.715.233	1.346.964
<b>RESULTADO ANTES DAS (DESPESAS) E RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>6.116.973</b>	<b>(869.228)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(2.562.435)</b>	<b>(1.284.669)</b>
Despesas Financeiras	(3.157.949)	(2.146.659)
Receitas Financeiras	595.514	861.990
<b>SUPERÁVIT/(DEFICIT) DO EXERCÍCIO</b>	<b>19 3.554.538</b>	<b>(2.153.897)</b>

Obs.: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ 1,00

	AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	DEFICIT ACUMULADO	PATRIMÔNIO SOCIAL
<b>SALDOS EM 31/DEZ/18</b>	<b>11.537.731</b>	<b>(2.755.878)</b>	<b>8.781.853</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(212.304)	212.304	-
Deficit do Exercício	-	(2.153.897)	(2.153.897)
<b>SALDOS EM 31/DEZ/19</b>	<b>11.325.427</b>	<b>(4.697.471)</b>	<b>6.627.956</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(212.304)	212.304	-
Superávit do Exercício	-	3.554.538	3.554.538
<b>SALDOS EM 31/DEZ/20</b>	<b>11.113.123</b>	<b>(930.629)</b>	<b>10.182.494</b>

Obs.: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS - Em R\$ 1,00

#### 1. Contexto Operacional

A Fundação de Estudos Sociais do Paraná – Fesp, anteriormente Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná, fundada em 15/NOV/37, é uma entidade jurídica de direito privado, por tempo indeterminado, com sede e foro em Curitiba, com o objeto social de oferecer condições e oportunidades de educação com a finalidade de contribuir para a formação e desenvolvimento profissional e ético, voltado ao exercício pleno da cidadania.

A Fesp não visa lucros e tem por objetivo promover o ensino, a pesquisa e a extensão e atividades culturais, nos termos da legislação vigente.

Dentro de suas finalidades, a Fesp manterá em funcionamento os cursos integrados da Faculdade de Educação Superior do Paraná, podendo criar novos cursos ou estabelecimentos de ensino, atendidas as prescrições legais.

A Fesp atende as demandas de responsabilidade social, participando do "Programa Universidade para Todos-PROUNI" do Governo Federal, concedendo aos alunos bolsas de 50% e 100% e o curso de Libras gratuito para alunos, professores, empregados e para a comunidade, com o objetivo de ampliar os relacionamentos e as ações de inclusão social que a língua oferece. Possui o núcleo de práticas jurídicas e o núcleo de arbitragem, mediação e negociação que atende a comunidade carente que necessita de assessoria jurídica nas áreas cível e penal.

#### 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

Expressões em Reais, as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade. A Fesp adotou a Lei nº 6.404/76 nos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, bem como a ITG 2002 R1, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, que trata dos aspectos contábeis específicos das entidades sem fins lucrativos.

#### 3. Principais Práticas Contábeis

A Fesp goza de isenção de tributação pelo Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o superávit líquido, por tratar-se de entidade filantrópica sem fins lucrativos.

#### 3.1 Origem e Aplicação dos Recursos

Os recursos gerados tiveram origem pela transformação da sociedade civil Faculdades de Ciências Econômicas do Paraná, fundada em 15/NOV/37, conforme art. 1º do seu Estatuto Social, estando comprometidos em sua totalidade na consecução dos fins sociais, sendo eles promover o ensino, a pesquisa, a extensão e atividades culturais, nos termos da legislação vigente.

#### 3.2 Caixa e Equivalentes

Consistem em numerários disponíveis, saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. Os saldos das aplicações são demonstrados ao custo acrescidos dos rendimentos auferidos, líquidos do IRRF, até a data do balanço patrimonial.

#### 3.3 Contas a Receber

São reconhecidas pelo regime de competência e estão refletidas pelo valor de contração deduzidas das bolsas e descontos.

Para o registro do valor de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são considerados os valores de títulos vencidos acima de 180 dias e, também, o histórico e os riscos envolvidos em cada modalidade de ensino.

A administração considera que o valor contabilizado é suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. As baixas de títulos prescritos são realizadas após todas as tentativas de cobranças terem sido esgotadas e quando o título completa o prazo de prescrição.

#### 3.4 Imobilizado

No ano de 2011, a administração, por meio de laudos emitidos por profissionais habilitados, aplicou o valor justo na forma de custo atribuído (*deemed cost*) para os principais grupos do ativo imobilizado: terrenos e edificações.

Os demais itens do imobilizado continuam sendo mensurados pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada, calculada pelo método linear, observando as seguintes taxas anuais: 10% para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, sistema de comunicação e instalações diversas e 20% para veículos e equipamentos de informática.

#### 3.5 Intangível

Está registrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada.

#### 3.6 Outros Ativos e Passivos

Um ativo e reconhecido no balanço quando a Fesp possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Outros ativos são reconhecidos no balanço somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados a favor da Fesp e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

#### 3.7 Provisão para Contingências

As provisões para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestadas pelos advogados externos responsáveis pelas ações.

Sempre que a perda for avaliada como provável, poderá ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em nota explicativa, quando individualmente relevantes. Os classificados como perdas remotas não requerem provisão nem divulgação.

#### 3.8 Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos

casos, implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa, a administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

#### 3.9 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas dos serviços prestados de ensino são reconhecidas no resultado pelo valor bruto e deduzidas dos cancelamentos, bolsas e descontos.

#### 4. Caixa e Equivalentes

O saldo está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Caixa	2.559	5.826
Bancos	482.723	30.753
Aplicações Financeiras	534.783	627.225
<b>Total</b>	<b>1.020.065</b>	<b>663.804</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, sendo o detalhamento apresentado a seguir:

Instituição Financeira	Modalidade	Em R\$ 1,00	
		31/DEZ/20	31/DEZ/19
Banco Bradesco PQB Ambiental	Renda Fixa	527.106	619.752
Sicob RDC Logo Pós CDI	Renda Fixa	381	533
Sicob - Conta Capital	Renda Fixa	7.099	6.538
Sicred - Conta Capital	Renda Fixa	197	197
Sicredinvest	Renda Fixa	-	103
Sicredi	Poupança	-	102
<b>Total</b>		<b>534.783</b>	<b>627.225</b>

#### 5. Contas a Receber

Composição das contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Vencidos até 30 dias	86.947	144.721
Vencidos de 31 a 60 dias	91.151	132.049
Vencidos de 61 a 90 dias	74.380	120.466
Vencidos de 91 a 120 dias	62.278	104.150
Vencidos de 121 a 150 dias	38.445	54.215
Vencidos de 151 a 180 dias	10.728	21.806
Vencidos há mais de 181 dias	3.909.664	3.750.640
<b>Total vencidos</b>	<b>4.273.593</b>	<b>4.328.047</b>
A vencer	839.482	1.582.259
<b>Total de Recebíveis</b>	<b>5.113.075</b>	<b>5.910.306</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.101.321</b>	<b>5.867.010</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>11.754</b>	<b>43.296</b>

Na conta de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa estão contabilizados os valores vencidos há mais de 180 dias.

Composição do saldo:

Contas Contábeis	Títulos Vencidos em:						
	2020 (1ºSem)	2019	2018	2017	Até 2015	Totais	
Graduação	220.784	214.633	114.556	129.304	178.979	200.694	1.058.950
Acordos	38.389	62.220	59.384	74.851	53.123	112.150	400.117
Pós-Graduação	59.174	91.069	32.509	32.156	35.199	2.461	252.568
Financiamentos	-	-	-	21.425	32.204	82.364	135.993
Cursos de Extensão	655	70	550	2.675	9	873	4.832
Valores SIC Cobranças	-	-	-	-	-	505.606	505.606
Ensino Infantil	4.927	6.583	19.314	10.816	13.872	13.086	68.598
Ensino Fund e Médio	23.371	66.543	213.675	264.531	117.834	203.545	889.499
Terceirão e Cursinho	3.093	7.622	52.506	95.305	177.560	257.415	593.501
<b>Total de PECLD</b>	<b>350.393</b>	<b>448.740</b>	<b>492.494</b>	<b>631.063</b>	<b>608.780</b>	<b>1.378.194</b>	<b>3.909.664</b>

Dos valores apresentados, R\$ 274.703 encontra-se em processo de cobrança judicial e R\$ 3.634.961 em cobrança terceirizada e administrativa.

#### 6. Aluguéis a Receber

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

Descrição dos Locatários	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Locação da Cantina	82.500	39.600
SESI (Locação de Espaços Físicos e Equipamentos)	-	705.411
CIEE (Locação de Espaços Físicos e Equipamentos)	95.991	577.676
<b>Total</b>	<b>178.491</b>	<b>1.322.687</b>

As receitas de aluguéis estão contabilizadas nas contas a receber e apropriadas conforme a vigência dos contratos.

#### 7. Estoques

O saldo está composto da seguinte forma:

Descrição	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Almoxarifado	14.156	14.979
<b>Total</b>	<b>14.156</b>	<b>14.979</b>

Os materiais mantidos em estoque estão valorizados pelo custo médio de aquisição e não excedem o valor de mercado.

#### 8. Outras Contas a Receber

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

Descrição	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Cheques em Cobrança	1.200	1.200
Impostos a Compensar	2.366	5.616
Repasse de Fies a Compensar	14.330	1.374
Contingenciamento de valores a receber CP	345.757	-
Outros Valores a Receber	83.898	31.979
<b>Total a Receber - Circulante</b>	<b>447.551</b>	<b>40.169</b>
Aluguéis a Receber LP	-	181.790
Contingenciamento de valores a receber LP	1.439.000	1.699.031
Depósitos Judiciais	32.703	25.567
Impostos Federais a Recuperar	69.080	69.078
<b>Total a Receber - Não Circ</b>		

## NOTAS EXPLICATIVAS - Em R\$ 1,00

Provisões	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Processos Cíveis	152.127	162.409
Processos Trabalhistas	1.457.723	1.610.676
<b>Total das Provisões para Contingências</b>	<b>1.609.850</b>	<b>1.773.085</b>

Existem processos tributários em curso que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 2.780.396, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não exigem a sua contabilização.

**18. Patrimônio Social**

O patrimônio da Fesp é constituído de bens móveis e imóveis da Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná, dotações constantes dos orçamentos da União e do Estado do Paraná e bens e direitos que no ato constitutivo foram doados por pessoas naturais ou jurídicas interessadas nos seus objetivos.

**19. Déficit/Superávit do Exercício**

Mostramos abaixo o quadro com comparativo do resultado de 2020 com o resultado de 2019:

Instituição	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/20	31/DEZ/19
FESP	3.554.538	(2.153.897)
<b>TOTAL</b>	<b>3.554.538</b>	<b>(2.153.897)</b>

**20. Outras Receitas**

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

Descrição	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/20	31/DEZ/19
Receita de Aluguel de Instalações	1.322.395	1.441.150
Mensalidades Cursos de Extensão Fesp	-	19.890
Mensalidades Cursos de Extensão Parcerias	-	14.250
Mensalidades Cursos de Extensão-EAD	-	1.542
Inscrição Pós Graduação - Eventos e Palestras	3.321	1.670
Recuperação de Despesas	72.548	795
Outras Receitas Operacionais	-	51.013
Brindes e Bonificações	29.868	-
Taxas de Expediente	22.637	43.569
Receita pela Cessão de Créditos de Precatórios	6.557.664	-
<b>Total das Receitas</b>	<b>8.008.433</b>	<b>1.573.879</b>
Perdas de Recebimento de Crédito	(255.368)	(163.408)
Despesas com Processos Cíveis e Tributários	(10.162)	(5.279)
Outras Despesas Operacionais	(17.677)	(28.342)
Despesas Taxas Plataforma EAD	(9.993)	(29.886)
<b>Total das Despesas</b>	<b>(293.200)</b>	<b>(226.915)</b>
<b>Total Geral Outras (Despesas) Receitas</b>	<b>7.715.233</b>	<b>1.346.964</b>

O valor de "Receita pela Cessão de Créditos de Precatórios" refere-se a operação efetuada com o Banco BS2 S/A em que foram cedidos créditos de precatórios:

Descrição	Em R\$ 1,00
Valor Nominal	6.557.664
Honorários Advocatícios	(652.995)
Deságio	(1.008.812)
<b>Efeito Líquido no Resultado</b>	<b>(4.895.857)</b>

**21. Cobertura de Seguros**

Foram contratados seguros para bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes pela administração, objetivando cobrir eventuais sinistros. A vigência das apólices e os valores estão assim compostos:

Bens Segurados	Vigência	Em R\$ 1,00
Instalações e Equipamentos	12/SET/20 a 12/SET/21	23.000.000
Veículos	17/ABR/20 a 17/ABR/21	100% da tabela Fipe

**22. Unicidade Tributária Usufruída**

Conforme ITG 2002 R1, as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado. Faz-se necessário apenas divulgar a relação dos tributos objeto de renúncia fiscal.

A Fesp possui imunidade tributária em relação a impostos federais (IRPJ, CSLL e Cofins) e municipais (ISS) nos termos do art. 150 da Constituição Federal.

**23. Demonstrativo da Gratuidade**

Em atendimento ao art. 13-A da Lei nº 12.868/13, a qual alterou a lei nº 12.101/09 (Ensino Superior com PROUNI), a Fesp Matriz concedeu bolsas de 100% e bolsas de 50% aos estudantes na proporção indicada pela legislação, conforme demonstrativo abaixo:

Cálculo para Educação Superior com PROUNI	31/DEZ/20	31/DEZ/19
<b>Total de Alunos Matriculados</b>	<b>851</b>	<b>1.086</b>
(-) Bolsas Integrais PROUNI concedidas	151	206
(-) Inadimplentes por mais de 90 dias, sem matrícula	0	0
<b>Total de Alunos Pagantes - Art 13-C, Lei 12.868/2013</b>	<b>700</b>	<b>880</b>
Bolsas Integrais PROUNI exigidas (1/9) conf. Art. 13-A	86	109
Bolsas Integrais PROUNI exigidas (1/5) conf. Art. 13-B	134	173
<b>Bolsas Concedidas no Período:</b>		
Bolsas Integrais - PROUNI 100%	151	206
Bolsas Parciais - PROUNI 50%	137	175
<b>TOTAL DE BOLSAS EXCEDENTES</b>	<b>68</b>	<b>99</b>
Bolsas Integrais - PROUNI 100%	65	97
Bolsas Parciais - PROUNI 50%	3	2

Segregação das gratuidades praticadas, conforme Resolução CFC 1409/12:

Descrição	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/20	31/DEZ/19
<b>Alunos com Bolsas de 100%</b>		
Número de Bolsistas	151	206
Valor das Bolsas de 100% Concedidas	2.490.449	2.861.393
<b>Alunos com Bolsas de 50%</b>		
Número de Bolsistas	137	175
Valor das Bolsas de 50% Concedidas	1.116.195	1.303.788

**24. Medidas Tomadas pela Diretoria Executiva Visando o Equilíbrio Financeiro**

A Diretoria Executiva, que assumiu a gestão em FEV/17, vem implantando medidas de gestão administrativa e financeira visando maior eficiência nas operações da Fundação. Em 2020 destacaram-se:

- Continuidade da consultoria para aprimoramento nos processos de Financiamento Estudantil-FIES;
- Renovação das parcerias na Pós Graduação com as empresas ABDCoast, Curso Jurídico e Ematra;
- Implantação do curso de Psicologia;
- Implantação de uma nova política de renegociação de dívidas com o corpo discente, em razão da pandemia, visando a não perda de alunos;
- Em função da pandemia da COVID-19, as aulas aconteceram na modalidade presencial-remota durante todo o ano, assim, fez-se necessário o investimento em plataforma de tecnologia;
- Utilização de medida provisória do Governo Federal, com redução de carga horária de colaboradores e também suspensão de alguns contratos de trabalho nas áreas não essenciais ao desenvolvimento das aulas presenciais-remotas.
- Venda do precatório de impostos federais, visando equilíbrio financeiro do fluxo de caixa da Fundação.

O ano de 2020 foi um ano atípico pelas incertezas econômicas e desta forma nossa Instituição procurou atender as demandas financeiras dos alunos, criando parcelamentos internos de mensalidades além da manutenção dos valores de mensalidades praticados em 2020 para o ano de 2021.

A atual Diretoria Executiva, que assumiu a gestão em Fevereiro/2021, com novos Diretores Administrativo/Financeiro e Acadêmico é responsável pelo encerramento das demonstrações contábeis e prestação de contas.

**25 Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Fesp e autorizadas para divulgação em 10/06/2021.

Gilson Bonato	Presidente
Moroni Cordeiro	Diretor Acadêmico
Marcelo da Silva Bento	Diretor Administrativo/Financeiro
Gisléia Aparecida dos Santos Ramos	Contadora CRC- PR 049298/O

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

**ATA DA 341ª (TRICENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA) REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2021.**

Aos 26 dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, de forma virtual pela plataforma Teams, realizou-se a tricentésima quadragésima primeira reunião do Conselho Fiscal. Presentes os professores conselheiros: Antonio Carlos Guil, José Augusto Hey e Ernesto Luis Malta Rodrigues. O professor Antonio Carlos Guil, na qualidade de presidente do Conselho Fiscal, abriu a sessão, que deliberou o seguinte: O Conselho Fiscal recebeu do Presidente da FESP Professor Gilson Bonato, o Relatório dos Auditores Independentes nº AXC 824-21 FESP referente as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 da FESP, elaborado pela empresa Axcel – Auditores Independentes S/S. Em atendimento ao disposto no Inciso IV do artigo 23 do Estatuto da Fundação de Estudos Sociais do Paraná que prevê entre suas competências "Apresentar anualmente ao Conselho Superior parecer sobre a situação econômica financeira da Fundação, tendo por base o relatório e as contas do exercício anterior", em relação ao relatório do ano de 2020, o Conselho Fiscal se manifesta no seguinte sentido:

1 – **ACESSO ÀS DEMONSTRAÇÕES 2020** – O Conselho Fiscal teve acesso ao conjunto de relatórios contábeis composto do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, devidamente acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes em 30 de abril de 2021, conforme encaminhamento por e-mail em 06 de maio de 2021, pelo Prof.º Gilson Bonato, Presidente da FESP/PR; 2 – **OPINIÃO DOS AUDITORES** – Em seu relatório, os Auditores Independentes expressaram opinião de que "as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS DO PARANÁ - FESP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações para o exercício findado naquela data, e os seus fluxos de caixa para o exercício findado naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil".

3 – **ENFASE NO PARECER DOS AUDITORES** – Os Auditores destacam em seu parecer que "As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Considerando que a Entidade, em suas operações normais, excluindo-se os efeitos da cessão de

créditos de precatórios ocorridas em 2020 (vide nota explicativa 20), não vem gerando resultados operacionais suficientes para cobrir as despesas comerciais, administrativas e financeiras e as obrigações contraídas com terceiros, gerando déficits consecutivos, a continuidade das operações fica sujeita à redução dos custos operacionais, além de outras medidas administrativas descritas na nota explicativa 24 que visem estabelecer um fluxo de caixa capaz de permitir o equilíbrio financeiro da Entidade".

4 – **RESULTADO DO PERÍODO E PATRIMÔNIO SOCIAL** – A Demonstração de Resultado apresentou um superávit, tendo como reflexo direto evento extraordinário de cessão de créditos de precatórios. Eliminando-se esse efeito extraordinário, a Instituição apresentaria um déficit, sendo inferior em 37,7% ao apresentado em 2019. Isso demonstra o acerto das medidas adotadas ao longo do tempo, de redução de custos e despesas, entretanto as condições adversas da área educacional ao longo do ano e a persistência de déficits operacionais tendem a agravar a situação. O Patrimônio Social que em 2020 cresceu em decorrência direta do evento extraordinário antes mencionado.

Com base nas análises procedidas, o Conselho Fiscal:

a) EM RELAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Sugere ao Conselho Superior da Fundação de Estudos Sociais do Paraná, aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2020, devidamente acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, uma vez que estão de acordo com as Normas Contábeis Aplicáveis e em consequência refletem o patrimônio Social e o Resultado das Operações;

b) EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO FINANCEIRA DA FESP:

Como é de conhecimento desse Conselho Superior, tanto pelos pareceres anteriores do Conselho Fiscal, como pelas exposições recorrentes efetuadas pela Diretoria Executiva em reuniões extraordinárias, a situação financeira-operacional da Fundação de Estudos Sociais do Paraná, não é confortável, em razão dos sucessivos déficits apresentados que, conforme enfatizado no parecer dos Auditores podem pôr em risco a continuidade da entidade. Dentre outros aspectos, este Conselho destaca:

b.1 – As dívidas bancárias contratadas para financiar o capital de giro apresentaram redução de 16,6%, porém continuam em um patamar extremamente elevado. Como trata-se de um endividamen-

to oneroso, seu efeito é preocupante na continuidade das operações.

b.2 – A situação financeira em 2020 se sustentou com a entrada de recursos extraordinários antes mencionados, com a cessão de créditos de precatórios efetuada com o Banco BS2 S/A. Isso possibilitou a redução da dívida de FGTS da Instituição, bem como regularização de boa parte de débitos trabalhistas decorrente de atraso de salários. Ressalte-se que essa operação, tanto no que diz respeito à negociação dos créditos, como da destinação dos recursos foram objeto de apreciação e aprovação pelo Conselho Superior em Assembleias Extraordinárias.

c) EM RELAÇÃO AO DESEMPENHO OPERACIONAL:

As receitas em seu conjunto sofreram redução significativa, sendo que graduação ficou 12% abaixo e pós-graduação 54,35% abaixo, se comparadas ao exercício de 2019. Com isso a receita operacional líquida foi 19,2%, inferior ao ano anterior. As despesas adotadas de redução de custos e despesas administrativas apresentaram bom resultado, situando-se num valor 19,7% menor que o ano anterior. As despesas financeiras ordinárias da Instituição se mantiveram no mesmo patamar do exercício anterior, entretanto as receitas financeiras ficaram 30,9% abaixo.

d) EM RELAÇÃO À CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES

Conforme indicam os números das demonstrações contábeis, o déficit operacional vem persistindo ao longo do tempo. No ano anterior o parecer do Conselho Fiscal alertava para possíveis efeitos da pandemia COVID-19 e, em 2020, dentre os diversos segmentos afetados, a área de educação superior privada teve destaque, tanto pela redução do número de alunos como pelo aumento da inadimplência, o que gera uma preocupação maior em relação às operações futuras da FESP. Conforme já discutido, a situação em 2020 se sustentou em evento extraordinário. Portanto, a conjuntura com um todo tem se mostrada bastante difícil, o que demanda o acompanhamento contínuo do Conselho Superior, bem como a busca conjunta de possíveis soluções, haja vista tratar-se do órgão máximo de deliberação da Instituição.

Curitiba, 26 de maio de 2021.

Antonio Carlos Guil Presidente	Ernesto Luis Malta Rodrigues Membro	José Augusto Hey Membro
-----------------------------------	--	----------------------------

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À FUNDAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS DO PARANÁ - FESP.

At. Diretoria

**Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS DO PARANÁ - FESP (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findado naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS DO PARANÁ - FESP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações para o exercício findado naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**ênfase – Continuidade operacional**

As demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Considerando que a Entidade, em suas operações normais, excluindo-se os efeitos da cessão de créditos de precatórios ocorridas em 2020 (vide nota explicativa 20), não vem gerando resultados operacionais suficientes para cobrir as despesas comerciais, administrativas e financeiras, e as obrigações contraídas com terceiros, gerando déficits consecutivos, a continuidade das operações fica sujeita à redução dos custos operacionais, além de outras medidas administrativas descritas na nota

explicativa 24 que visem estabelecer um fluxo de caixa capaz de permitir o equilíbrio financeiro da Entidade.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os profissionais da administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em

resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de Abril de 2021.

Odirlei Acir Tedesco Contador - CRC-PR 27.910/O-0	AXCEL AUDITORES INDEPENDENTES S/S. CRC-PR 005261/O-2
--	---

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## Diploma superior para posse em cargo de nível técnico ou profissionalizante

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai definir, sob o rito dos recursos repetitivos, a "possibilidade de candidato aprovado em concurso público assumir cargo que, segundo o edital, exige título de ensino médio profissionalizante ou completo com curso técnico em

área específica, caso não seja portador desse título, mas detenha diploma de nível superior na mesma área profissional".

Os Recursos Especiais 1.898.186, 1.903.883 e 1.888.049, de relatoria do ministro Og Fernandes, foram selecionados como representativos da controvérsia, cadastrada

como Tema 1.094.

O colegiado determinou a suspensão do processamento dos recursos especiais e agravos em recurso especial que versem sobre a mesma questão e que estejam pendentes de apreciação nos tribunais de segunda instância ou em tramitação no STJ.

Segundo o relator, o

caráter repetitivo da matéria pode ser observado em levantamento realizado pela Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas do tribunal, que encontrou a controvérsia em 33 acórdãos e 658 decisões monocráticas proferidas por ministros da Primeira e da Segunda Turmas.

## TST

## Eletricitário poderá cobrar verbas rescisórias mais de 25 anos

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a prescrição de uma ação movida por um eletricitário, visando

ao pagamento de verbas rescisórias, após ter seu pedido de reintegração negado em ação anterior. Para a Turma, somente a

partir da decisão definitiva na primeira ação, iniciada em 1995, é que surgiu o interesse processual de pleitear o pagamento das

parcelas e de indenização por danos morais. Com isso, o processo retornará à primeira instância, para que seja julgado.

## Dívida federal passa de R\$ 5 trilhões em 2020

O TCU realizou, sob a relatoria do ministro Bruno Dantas, acompanhamento da evolução da dívida pública federal no exercício de 2020. O TCU consolidou os números para informá-los à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso.

"O endividamento público exerce papel fundamental na realização de investimentos necessários ao desenvolvimento do País e na prestação de serviços públicos imprescindíveis para a sociedade. Por outro lado, para que ele se mantenha como instrumento positivo, é essencial que a gestão da dívida pública seja feita de forma eficiente

e transparente, de modo a garantir a credibilidade do Estado perante os seus financiadores", explicou o ministro-relator.

A necessidade líquida de financiamento do Tesouro Nacional em 2020 foi de R\$ 1,283 trilhões, valor que superou em R\$ 214,9 bilhões a previsão contida no Plano Anual de Financiamento (PAF) da Dívida Pública Federal (DPF).

"O maior motivo desse aumento foi a crise causada pela pandemia de Covid-19, que tanto diminuiu a receita arrecadada quanto aumentou as despesas executadas", ponderou o ministro Bruno Dantas, relator do processo no TCU.